



III CONGRESSO ESTADUAL DE ASSISTENTES SOCIAIS
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

RESPONSABILIZAÇÃO DA MATERNIDADE PARA A MULHER NEGRA: UMA ANÁLISE E
HISTORICIZAÇÃO SOBRE A SAÚDE REPRODUTIVA E SEXUAL

Carolina Magalhães Heringer (a) - a
a

RESPONSABILIZAÇÃO DA MATERNIDADE PARA A MULHER NEGRA: uma análise e historicização sobre a saúde reprodutiva e sexual

Palavras-chave: responsabilização, maternidade, negra e reprodução.

Keywords: accountability, maternity, negress and reproduction.

A) INTRODUÇÃO

Este estudo, realizado por meio de um olhar crítico, de vertente marxista, objetiva levantar uma reflexão sobre o desafio da maternidade e das escolhas em ser ou não ser tal, para as mulheres negras, em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal, mediante a leitura e o entendimento de uma breve historicização da construção social racista e desigual da maternidade, buscando entender como essa pode ser uma forma de manutenção do capital, do racismo e do patriarcado .

A escolha do tema justifica-se por sua importância para a desconstrução de uma sociedade desigual e para o entendimento da garantia de políticas públicas de saúde da mulher, entendendo a questão racial, de gênero e de classe em tal. Buscando como resultados disso, o entendimento da necessidade de movimentos sociais de base, da garantia de direitos e da luta coletiva pelo fim do racismo, do patriarcado e do capitalismo. A partir disso, teve como conclusões finais que as políticas de saúde da mulher devem ser pautadas por todos e que é emergente os direitos que garantem à elas a autonomia sobre os seus corpos. E é por isso que, para entendermos o questionamento se as políticas de saúde garantem ou retiram a autonomia das mulheres sobre os seus corpos, e as particularidades disso para a mulher negra, essa pesquisa tem como intuito o entendimento sobre os direitos e as políticas de saúde da mulher relacionados a tal debate e a relação e a importância do Serviço Social em tal.

Em destaque, entendemos que para além de tais problematizações colocadas acima, relacionadas, principalmente, a políticas públicas, é importante ressaltarmos que em uma sociedade racista, capitalista e patriarcal, e ainda, particularizando a formação social brasileira de capitalismo dependente aos países dominantes e de sua formação de políticas sociais que se constroem contraditoriamente de “cima para baixo” com o intuito de suprir as necessidades sociais dos trabalhadores e manter a exploração desses, tais políticas podem ser executadas e implementadas, majoritariamente, para a manutenção dos privilégios masculinos e do capital.

Contudo, quando falamos de saúde reprodutiva e sexual, maternidade e direito das mulheres, precisamos entender que essas são controladas por um poder masculino que tem interesse em manter seus privilégios e garantir o capital. E ainda, majoritariamente, por homens brancos, portanto, as mulheres negras, historicamente, foram exploradas e colocadas à margem da sociedade, desprovidas de diversos direitos que as mulheres brancas conquistaram. (DAVIS, 2016)

2) DESENVOLVIMENTO

O interesse em estudar sobre esta temática se deu a partir do entendimento que a universalidade da saúde pública está ameaçada e, conseqüentemente, há diversos rebatimentos disso para a classe trabalhadora, e mais ainda para as mulheres negras, que

são historicamente inferiorizadas e exploradas para a manutenção do racismo, do patriarcado e do capitalismo.

Portanto, quando falamos de políticas de saúde se faz necessário entender como essas se expressam para as mulheres. E ainda, é preciso ressaltar que as mulheres são as mais usuárias dos sistemas de saúde. O seguinte trecho de Gama (2009, p. 80) explica tal situação:

Estudos internacionais (...) identificam maiores iniquidades de gênero no acesso aos serviços e na forma com que os homens e mulheres são tratados pelos sistemas de saúde. Em primeiro lugar, as mulheres são as maiores usuárias dos serviços de saúde, bem como compõe a maior parte dos trabalhadores do sistema, entretanto, elas ainda estão pouco representadas no processo de decisão e de formulação de políticas públicas de saúde. Em segundo lugar, pouco cuidado é dispensado às desigualdades e às diferentes necessidades entre homens e mulheres na definição da qualidade da atenção em saúde (...).

Com isso, essa pesquisa busca o entendimento sobre os direitos e as políticas de saúde da mulher relacionados e o questionamento se esses garantem ou retiram a autonomia das mulheres sobre os seus corpos, e as particularidades disso para a mulher negra.

O objetivo geral dessa pesquisa é problematizar e historicizar a construção da responsabilização da maternidade para a mulher negra, na luta e defesa de políticas públicas que garantam uma igualdade de raça e de gênero para a desconstrução da ideia de que as mulheres são as principais e/ou únicas responsáveis pela maternidade.

E ainda, entender o desenvolvimento do capitalismo, compreender a intersecção das desigualdades de gênero, classe e raça na formação social brasileira, na tentativa de desconstruir a concepção da responsabilização da maternidade para a mulher negra, buscando entender e estudar sobre as particularidades e especificidades em tal. Com isso, é notório que há uma construção social desigual da maternidade para a mulher negra, em que esta, no escravismo, por exemplo, era tida como reprodutora de mão de obra escrava e ama de leite dos filhos das mulheres brancas (DAVIS, 2016).

Essa ilustração nos faz compreender que a reprodução pode ser uma forma de manutenção da sociedade vingente, o que é notório entender como aquela se dá na atual sociedade, o que nos leva a busca da compreensão de como a responsabilização à maternidade parte do Estado e do mercado.

A metodologia que será utilizada e apreendida nessa pesquisa se manifestará através de um olhar crítico, de vertente marxista, para a realidade a partir dos resultados dos dados coletados da pesquisa bibliográfica acerca desta temática.

A pesquisa tem como objeto de estudo a problematização da responsabilização da maternidade para a mulher negra, sobre a realidade das gestantes e puérperas. O estudo vem abordar mais especificamente a maternidade como autonomia da mulher, as políticas de saúde voltadas para as mesmas dentro da sociedade racista, patriarcal e capitalista.

Pretendemos entender qual foi o processo histórico de tais apontamentos, fazendo uma análise de forma não fragmentada, baseada na sua totalidade. Portanto, pensar as consequências da responsabilização da maternidade para a mulher, e mais especificamente para a mulher negra, é pensar que também existem explicações para a sua formação.

Contudo, torna-se necessário levantar algumas questões que, em seu conjunto, indicam uma problemática de estudo, que estão divididas em duas hipóteses centrais.

A primeira é que a responsabilização da maternidade sobre a mulher é parte do modo de produção capitalista, tendo esse o patriarcado e o racismo como elementos fundamentais de sua manutenção e reprodução social, com isso, é construído particularidades daquelas às mulheres negras, que vivem a opressão de gênero, raça e possivelmente de classe. A segunda hipótese é de que as mulheres negras, são majoritariamente, usuárias das instituições públicas de saúde, tendo um atendimento, muitas vezes hierárquico e racista, e ainda, quando voltado à atendimentos relacionados à saúde reprodutiva, são responsabilizadas e julgadas pela maternidade.

3) RESULTADOS

Na investigação das hipóteses colocadas anteriormente, é feita, respectivamente, uma análise histórica do desenvolvimento capitalista na humanidade e da divisão sexual e racial do trabalho para entendermos como a maternidade e a exploração das mulheres negras está inserida nessas. E, em seguida, é feito um estudo com levantamento de dados que comprovam que as mulheres negras são, majoritariamente, usuárias das instituições públicas de saúde, e que essa, em uma sociedade de mercantilização da saúde, é diariamente alvo das políticas de privatização, com isso, além de um atendimento racista e hierárquico, é notório uma precarização, sucateamento e limitações de atendimentos em hospitais e postos de saúde pública.

4) CONCLUSÃO

A partir desse estudo, concluímos que a maternidade para as mulheres negras tem uma construção social histórica desigual e como forma de manutenção do racismo, do patriarcado e do capital. E ainda, a partir de um estudo de tal historicização, notamos que o Estado e as políticas sociais atuam como mecanismos de controle das mulheres, com a retirada ou não efetivação de direitos que dizem respeito aos corpos femininos.

Portanto, verificamos que a responsabilização da maternidade não é algo natural, e é notório que o patriarcado é um modelo societário que oprime as mulheres. E, esse, em uma sociedade capitalista, têm políticas que dão manutenção a tal, através da inferência do Estado no corpo das mulheres. Tais questões são intensificadas para as mulheres negras que estão inseridas nas opressões de gênero, raça e, possivelmente, classe.

Com isso, inferimos, com um olhar crítico de aporte marxista, que a luta pela libertação das mulheres, pela autonomia sobre os seus corpos e ainda pela emancipação humana, vai

além da garantia de direitos, que pode ser uma forma de controle, e é preciso lutar pelo fim do racismo, do patriarcado e do modo de produção capitalista. Essa é uma luta que deve ser ressaltada e reforçada. E ainda, precisamos entender que “numa sociedade racista, não basta não ser racista. É necessário ser antirracista” (DAVIS, 2016), para que a luta contra todas as formas de desigualdade não ignore a história e as particularidade de tais.

5) BIBLIOGRAFIA

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1 ed. SP: Boitempo, 2016.

GAMA, Andréa de Sousa. Gênero e avaliação da qualidade de atenção em serviços de saúde reprodutiva. In: BRAVO, Maria Inês Souza; VASCONCELOS, Ana M. de; GAMA, Andréa de Sousa; MONNERAT, Gisele L. (orgs.). **Saúde e Serviço Social**. 4^oed. – SP: Cortez; RJ: UERJ, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth, I.B. **Gênero, patriarcado, violência**. 1^o Ed. SP: Fundação Perseu Abramo, 2011.